

COORD.REGIONAL DE MG/ES

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A Coordenação Regional de MG e ES da FUNAI, por meio da Unidade Técnica Local (UTL) de Teófilo Otoni/MG, necessita contratar serviço de motorista para atendimento às demandas finalísticas da unidade. A UTL é responsável por ações de proteção e promoção de direitos junto às comunidades indígenas Maxakali (Aldeias Cachoeirinha, Aldeia Verde e Escola Floresta), situadas fora da área urbana, bem como outras comunidades indígenas na região de Araçuaí/MG, o que impõe deslocamentos diários em rotas intermunicipais e rurais.

2.2. Atualmente, a UTL conta com apenas uma servidora lotada, que não possui habilitação para condução de veículo oficial. Em razão dessa lacuna de apoio logístico, a servidora depende de caronas de órgãos parceiros (como a SESAI) ou do uso de transporte coletivo, soluções precárias que comprometem a regularidade e a autonomia das ações institucionais, aumentam riscos à segurança operacional e impactam a eficiência do atendimento às comunidades, além de afetarem a saúde ocupacional da servidora.

2.3. A contratação visa solucionar o problema identificado — ausência de profissional habilitado para condução de veículo oficial — assegurando a execução regular e tempestiva das atividades de campo, a continuidade do serviço público, a integridade física da servidora e a adequada cobertura territorial das aldeias atendidas. Espera-se, com isso, melhorar a eficiência das agendas, reduzir atrasos e cancelamentos por indisponibilidade de transporte, otimizar custos operacionais e garantir atendimento digno às comunidades indígenas sob responsabilidade da UTL.

2.4. Do ponto de vista jurídico, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 (regulamentadora do Decreto nº 9.507/2018), autoriza a terceirização de serviços auxiliares e de apoio, como os de transporte, desde que atendidas as condições legais. A atividade de motorista, de natureza acessória e não estratégica, enquadra-se nas hipóteses de execução indireta, inexistindo óbice jurídico à sua contratação junto à iniciativa privada.

2.5. Em caráter excepcional e quando necessário ao cumprimento das funções institucionais da Fundação, os serviços contratados poderão ser utilizados para atender demandas das Diretorias de Administração, de Proteção Territorial, de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, das Coordenações-Gerais e das Coordenações Regionais da FUNAI, garantindo suporte logístico a ações administrativas e operacionais.

2.6. A presente contratação está alinhada com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), que preconiza a execução integrada e sustentável de ações públicas com respeito à diversidade cultural e promoção da saúde e do bem-estar dessas comunidades.

2.7. A demanda também se harmoniza com o Programa 1617 do Anexo III do Plano Plurianual 2024/2027, com a Carteira de Políticas Públicas da FUNAI e com o Plano Estratégico da Fundação para o quadriênio 2024/2027, contribuindo de maneira concreta para a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas por meio do suporte logístico necessário às ações institucionais.

2.8. Considerando que o plano de cargos e salários da FUNAI não prevê provimento, via concurso público, para os cargos de auxiliar administrativo e motorista, a contratação indireta com fundamento no Decreto nº 9.507/2018 mostra-se adequada para atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da autarquia, como no caso em tela.

2.9. A terceirização configura-se, portanto, como ferramenta essencial para assegurar um ambiente de trabalho mais eficiente e fluido, com melhor distribuição de tarefas. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os funcionários da futura contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.10. Em síntese, a contratação do serviço de motorista é necessária e proporcional para suprir as necessidades logísticas da unidade, garantindo a adequada execução das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e elevando padrões de eficiência, continuidade, segurança e cuidado com a saúde dos servidores envolvidos nas atividades de campo.

2.11. Não será aplicada, na presente contratação, a exigência de reserva de percentual mínimo de mão de obra composta por mulheres vítimas de violência doméstica, uma vez que a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) entende que o quantitativo de postos de trabalho do objeto é inferior ao mínimo estabelecido no § 1º do art. 3º do Decreto nº 11.430/2023. Conforme Nota 01 (Decreto nº 11.890/2024), os editais e avisos para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deverão prever o emprego de, no mínimo, 8% de mulheres vítimas de violência doméstica, aplicável apenas a contratos com quantitativo mínimo de 25 colaboradores; hipótese que não se verifica no caso concreto.

2.12. A contratação pretendida, a ser executada na circunscrição administrativa da UTL de Teófilo Otoni/MG, caracteriza-se como atividade acessória e instrumental de apoio ao órgão indigenista, especialmente diante da ausência de servidores efetivos habilitados e em exercício para a condução de veículos oficiais. Não se vislumbra a ocorrência das vedações previstas nos incisos I a IV do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, que disciplina a execução indireta, mediante contratação, de serviços no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como das empresas estatais federais, razão pela qual não há óbice à terceirização do serviço de motorista.

2.13. Considerando que a unidade de medida do objeto será “posto de trabalho”, que o prazo inicial de vigência contratual será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogações sucessivas por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, e que a remuneração será mensal, adotar-se-á o regime de empreitada por preço unitário. Tal regime se mostra o mais adequado ao perfil do serviço continuado e tende a produzir resultados mais robustos na fase de gestão e fiscalização contratual, por permitir mensuração objetiva do desempenho e do custeio por posto, com previsibilidade e controle sobre eventuais variações quantitativas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEAD/CR-MGES	Mateus Henrique Araújo Silveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Objeto e escopo

4.1.1. Prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de 01 (um) posto de motorista para a UTL de Teófilo Otoni/MG (Coordenação Regional MG/ES/FUNAI), para condução de veículos oficiais em deslocamentos urbanos, intermunicipais e rurais (incluindo estradas não pavimentadas e áreas de difícil acesso), com uso preponderante de caminhonete 4x4 e eventual condução de caminhão e de veículos acima de 7 e até 12 lugares, em apoio às atividades finalísticas e administrativas da Unidade, com possibilidade de atendimento excepcional a demandas das Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações Regionais da FUNAI.

4.2. Local de execução

4.2.1. Sede da UTL Teófilo Otoni, Rua Jalile Naaman, nº 18, Bairro Grão Pará, Teófilo Otoni/MG, sem prejuízo de deslocamentos necessários às agendas institucionais.

4.3. Jornada, disponibilidade e diárias:

- a) 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em horários definidos pela Contratante;
- b) Ajustes de jornada poderão ocorrer conforme agendas de campo, com observância dos adicionais legais (hora extra com 60% e feriados com 100% sobre a hora normal).
- c) Diárias: devidas quando houver deslocamento acima de 100 km da sede com pernoite em outra localidade.
- d) Controle de frequência por ponto biométrico ou similar; admite-se, se necessário, sistema eletrônico alternativo que atenda às normas e sem prejuízo ao trabalhador.

4.4. Modelo de medição e regime:

- a) Unidade de medida: posto de trabalho (mão de obra exclusiva);
- b) Regime de execução: empreitada por preço unitário (valor mensal por posto), com indicadores de desempenho, glosas e sanções.

4.5. Perfil mínimo do profissional (CBO) e habilitação:

- a) Escolaridade: mínimo 4ª série do ensino fundamental;
- b) CNH: categoria “C” (mínima), válida e sem restrições;
- c) Experiência: mínimo de 3 (três) anos como motorista com exigência de CNH “C”;
- d) Capacitações: direção defensiva e primeiros socorros (mín. 8h cada), a comprovar até 30 dias da mobilização; reciclagem anual;
- e) Aptidão: exame admissional atestando condições física e mental; ausência de impedimentos (ex.: suspensão/cassação da CNH).

4.6. Competências pessoais :

4.6.1. Zelo pela segurança dos ocupantes, capacidade visual-espacial, direção defensiva, cortesia, equilíbrio emocional, decisão rápida, análise, autocontrole e habilidade para trabalhar sob pressão.

4.7. Atribuições essenciais do motorista (operacionais e legais)

- a) Condução segura de veículos oficiais, preservando passageiros, cargas e o patrimônio público;
- b) Cumprimento de itinerários e agendas aprovados, com comunicação de alterações somente mediante anuência da Administração;

- c) Apoio às rotas de campo junto às comunidades indígenas;
- d) Checklist pré e pós-uso do veículo (níveis, pneus, itens obrigatórios, limpeza básica);
- e) Registro fidedigno de viagens (roteiro, hodômetro, abastecimentos, ocorrências) em sistema/planilha definidos;
- f) Observância das normas internas da FUNAI e da legislação de trânsito vigente.

.Deveres legais do motorista profissional (CLT, art. 235-B, redação vigente)

- g) Estar atento às condições de segurança do veículo;
- h) Conduzir com perícia, prudência e zelo, observando os princípios de direção defensiva;
- i) Respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso, controlado e registrado nos termos do art. 67-E do CTB;
- j) Zelar pela carga transportada e pelo veículo;
- k) Colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;
- l) Submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, ao menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses — podendo ser utilizado, para esse fim, o exame obrigatório do CTB realizado nos últimos 60 (sessenta) dias;
- m) Submeter-se aos testes de controle de álcool e outras drogas previstos pelo empregador.

4.7.1. Nota disciplinar (CLT, art. 235-B, parágrafo único): a recusa do empregado em submeter-se aos exames/testes e ao programa de controle de uso de drogas e bebidas alcoólicas configura infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

4.8. Indicadores mínimos (Acordo de Nível de Serviço – ANS)

- a) Pontualidade de agendas; ;
- b) Ocorrências por culpa do motorista (ex.: excesso de velocidade, uso de celular);;
- c) Conformidade de registros (completude/tempo);
- d) Disponibilidade do posto (cobertura da jornada);
- e) Satisfação do usuário interno (quando aplicado)%.

4.8.1. Descumprimentos ensejam glosas proporcionais e demais sanções contratuais.

4.9. Observância à CCT da Categoria (cláusulas econômicas e sociais aplicáveis)

- a) Pisos salariais: a contratada observará a CCT vigente. Considerando (i) o uso majoritário de caminhonete 4x4 (até 7 lugares) e (ii) a possibilidade eventual de condução de caminhão e de veículos acima de 7 e até 12 lugares, adota-se o maior piso dentre os aplicáveis como piso contratual do posto, qual seja R\$ 2.543,18 (piso de Motorista de Caminhão e de Motorista de Veículos acima de 07 e até 12 lugares), superior ao piso de Motorista de Veículos até 07 lugares (R\$ 2.497,07). A diferença é de R\$ 46,11, e a adoção do maior piso assegura que não haverá pagamento inferior quando houver condução de veículo de categoria superior, simplificando a gestão e garantindo segurança jurídica (entendimento: “quem pode mais, pode menos”).
- b) Pagamento de salários: dentro do prazo legal; faculta-se pagar até o 5º dia útil bancário.
- c) Horas extras e feriados: 60% sobre a hora normal; 100% em repouso/feriado.
- d) Ticket Alimentação/Refeição: mínimo de R\$ 28,97 por dia efetivamente trabalhado (regras de concessão/ desconto conforme CCT).
- e) Vale-transporte: possibilidade de Benefício de Transporte em contracheque, sem natureza salarial, com complementação se majorarem tarifas (mediante anuência sindical).
- f) Assistência odontológica: contribuição patronal de R\$ 22,52 por empregado/mês.
- g) Seguro de vida obrigatório, com coberturas previstas.
- h) CTPS: anotação correta da função e observância das garantias em transferência de contrato.
- i) Multas de trânsito: desconto somente após julgamento definitivo do recurso interposto pela empresa, com ciência do empregado.
- j) Controle de jornada: admitidos sistemas eletrônicos alternativos, legais e sem prejuízo ao trabalhador.
- k) Demais obrigações sindicais: serão observadas conforme a CCT vigente e o edital.

4.10. Obrigações da Contratada

- a) Seleção e recrutamento do profissional;
- b) Pagamento do salário-base conforme CCT e encargos trabalhistas, previdenciários e securitários;
- c) Fornecimento de uniformes (mínimo 2 por ano, com recibo) e crachá.
- d) Treinamento inicial e reciclagens (direção defensiva, primeiros socorros, condução econômica em vias urbanas e rurais);
- e) Indicação de preposto para interlocução com a Administração;
- f) Implementação e manutenção do PCMSO;
- g) Instalação e manutenção de ponto, podendo ser biométrico ou similar;
- h) Reserva técnica para substituição do profissional ausente, sem ônus adicional, mantendo os mesmos requisitos;
- i) Disponibilizar meios de comunicação operacionais (ex.: celular funcional) ao profissional alocado;
- j) Atender às rotinas de e-social/RAIS/FGTS e comprovações quando solicitado, conforme CCT.

4.11. Materiais, equipamentos e bens

- a) Veículo oficial, combustível e manutenção a cargo da Administração;
- b) Contratada proverá EPIs, uniformes e meios de comunicação;
- c) Check de itens obrigatórios do veículo (ex.: macaco, triângulo, chave de roda, estepe, kit obrigatório) em cada uso, reportando ausências.

4.11.1. A cada utilização do veículo, o motorista deverá verificar a situação funcional dos seguintes itens:

1) Ao redor do veículo (visão geral)

- Pneus: calibragem visual (murchos/abaulados), sulco mínimo aparente, cortes/bolhas e válvulas/tampinhas; conferir também o estepe.
- Rodas: porcas aparafusadas, ausência de trincas ou amassados graves.
- Vazamentos no chão: manchas frescas de óleo, combustível, fluido de arrefecimento ou freio.
- Iluminação externa: faróis (alto/baixo), lanternas, setas, luz de freio e ré (teste rápido com auxílio).
- Limpadores/para-brisa: palhetas íntegras, sem ressecamento; lavador com fluido.
- Carroceria/caçamba (caminhonete): fixação de carga, amarrações, tampa/tonneau travados; nada solto.

2) No cofre do motor (verificação visual simples)

- Nível do óleo do motor: vareta dentro da faixa (se o motor estiver frio e o veículo no plano).
- Líquido de arrefecimento: nível no reservatório entre “min” e “max”; cor normal, sem resíduos.
- Fluido de freio: nível no reservatório dentro da marca; se baixo, atenção (pode indicar desgaste).
- Fluido da direção hidráulica (se houver): dentro da faixa.
- Correias e mangueiras: sem rachaduras evidentes, sem fios soltos, sem folgas excessivas.
- Bateria: bornes firmes e limpos; sem vazamento ou odor forte.

3) Dentro da cabine

- Painel: funcionamento do painel e luzes-espia (ABS, airbag, óleo, bateria, motor); devem apagar após a partida.
- Instrumentos: combustível suficiente para a rota; hodômetro/horário ajustados quando necessário.
- Freio de estacionamento: trava e destrava adequadamente.
- Pedais: curso normal, sem ruídos anormais; embraiagem (se manual) engatando suave.
- Cintos de segurança: sem cortes, travando e recolhendo bem.
- Ajustes: bancos e retrovisores (interno/externos) com boa visibilidade.

4) Itens obrigatórios e segurança

- Triângulo, macaco, chave de roda e estepe acessíveis e em condição de uso.
- Extintor (apenas se exigido para o veículo): prazo de validade/indicador de pressão.
- Kit de primeiros socorros (quando adotado internamente) e colete refletivo.
- Ferramentas básicas (ex.: alicate, chave combinada, fita isolante) e lanterna.
- Documentos: CRLV-e (ou equivalente), autorização interna, CNH compatível (cat. C), comprovantes internos exigidos.
- Equipamentos adicionais: rádio/comunicador, GPS, celular funcional carregado (se previsto).

5) Teste rápido após dar a partida

- Direção: volante sem folgas excessivas; esterça totalmente, sem ruídos anormais.
- Freios: teste em baixa velocidade; o carro deve frear reto, sem puxar para lados.
- Embreagem/câmbio: engates suaves; sem arranhadas contínuas.
- Ruídos e vibrações: escute sons incomuns (batidas, assobios, “grilados”).
- Ar-condicionado/desembaçador: funcionamento para visibilidade e conforto.

6) Específicos para 4x4 e uso em estrada de terra

- Acionamento 4x4: verificar engate (4H/4L) em local seguro; luz indicadora acende; desengatar ao voltar ao asfalto.
- Altura livre e protetores: conferir se há barras/chapas soltas; sem objetos presos embaixo.
- Carga e distribuição: Peso bem distribuído e amarrado; evitar sobrecarga no eixo traseiro.
- Pressão de pneus: se previsto pela Administração, ajustar para piso irregular (e recalibrar ao retornar ao asfalto).

7) Antes de sair: checklist relâmpago (30–60 segundos)

- Rodada visual 360°
- Luzes/setas
- Níveis críticos (óleo, arrefecimento) — ao menos inspeção diária
- Estepe + triângulo + chave de roda
- Painel sem alertas após partida
- Freio testado

4.11.2. Deverá ser registrado no checklist diário (papel ou app) qualquer anomalia verificada, apontado a não utilização do veículo se houver luz de pressão de óleo, temperatura alta, falha grave no freio ou pneu comprometido, informando imediatamente o fiscal/gestor para correção.

4.12. Sustentabilidade (especificações técnicas e obrigações):

4.12.1. Com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá:

- Fornecer EPIs adequados e mantê-los em condições de uso;
- Priorizar insumos/tecnologias de origem local, quando aplicável;
- Promover eficiência no uso de água e energia e, quando couber, utilizar produtos biodegradáveis/reciclados/atóxicos/de fabricação nacional;
- Priorizar mão de obra local na contratação;
- Adotar eco-driving (arrancadas suaves, velocidade adequada, redução de marcha lenta), planejamento de rotas e condução econômica;
- Assegurar destinação adequada de resíduos tóxicos ou perigosos decorrentes da execução, conforme legislação;
- Manter registros que permitam a verificação dos itens acima pela fiscalização.

4.13. Subcontratação

4.13.1 Vedada a subcontratação do objeto.

4.14. Vistoria técnica (facultativa)

4.14.1. Faculta-se a vistoria prévia ao local de execução, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, em data e horário distintos por interessado, mediante agendamento. O representante legal ou responsável técnico deverá apresentar documento de identidade civil e credencial da empresa que comprove sua habilitação para a vistoria. A visita será acompanhada por servidor designado.

4.15. Justificativa em caso de não preenchimento

4.15.1. Não aplicável. Este tópico apresenta os requisitos indispensáveis, padrões mínimos de qualidade e critérios de sustentabilidade exigidos, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa, observando integralmente a CCT 2025 da base Teófilo Otoni nas cláusulas econômicas e sociais cabíveis.

4.16.1. A elaboração dos requisitos considerou: (i) a CCT 2025 da base de Teófilo Otoni/MG (abrangência e pisos salariais aplicáveis à função de motorista), utilizada para balizar cláusulas econômicas e sociais do posto previsto no contrato ; (ii) o Caderno de Logística – Prestação de Serviços de Transporte (SLTI/MP, 2014), empregado somente como referência técnica não normativa para modelagem por posto de trabalho, rotinas operacionais, ANS e boas práticas; e (iii) a legislação vigente, especialmente o art. 235-B da CLT (deveres do motorista profissional, com exames toxicológicos periódicos) e o art. 67-E do CTB (controle e registro do tempo de direção e descanso), cujo teor foi incorporado ao subitem 4.7.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Este levantamento buscou mapear soluções disponíveis e práticas correntes para atendimento da necessidade de motorista com dedicação exclusiva, sem fornecimento de veículo, para a UTL de Teófilo Otoni/MG. Foram consideradas: (i) contratações similares de órgãos públicos (levantamento documental em editais/contratos públicos e relatórios de boas práticas); (ii) normas e guias técnicos aplicáveis ao planejamento de compras; (iii) condições locais refletidas na CCT vigente da base Teófilo Otoni; e (iv) a experiência operacional reportada pela área demandante.

5.2. Alternativas de solução mapeadas (prospecção)

- Terceirização de mão de obra (1 posto de motorista, sem veículo, dedicação exclusiva) – empresa especializada disponibiliza profissional habilitado e gerencia obrigações trabalhistas; veículo, combustível e manutenção pela Administração.
- Terceirização com fornecimento de veículo + motorista (pacote) – empresa fornece motorista e veículo (incluindo combustível, manutenção e

seguros).

c) Locação de veículo sem motorista + uso de servidores – a Administração locaria veículo e alocaria servidor para dirigir.

d) Contratação por demanda (diárias/plantões avulsos) – contratação não contínua, conforme chamadas específicas.

e) Uso de transporte público/caronas/compartilhamento institucional – dependência de agendas de terceiros (ex.: órgãos parceiros), sem vínculo contratual contínuo.

5.3. Análise comparativa das alternativas:

- a) Terceirização do posto (sem veículo):
Vantagens: aderência à necessidade real; controle direto sobre a frota oficial; padronização de rotinas de fiscalização; custos previsíveis por posto /mês; compatível com a CCT local; facilidade de substituição do profissional.
Limitações: gestão da frota (manutenção/abastecimento) permanece com a Administração.
- b) Pacote veículo + motorista:
Vantagens: solução integrada (menor gestão interna da frota).
Limitações: tendência a custos mais elevados, menor aderência às viaturas oficiais/4x4 existentes e rigidez contratual em rotas rurais/estradas não pavimentadas.
- c) Locação sem motorista:
Vantagens: disponibilidade de veículo.
Limitações: não há motorista habilitado disponível no quadro local; não atende ao problema identificado.
- d) Por demanda (avulsa):
Vantagens: paga-se pelo uso.
Limitações: intermitência e risco de descontinuidade; incompatível com deslocamentos diários e agendas de campo.
- e) Transporte público/caronas:
Vantagens: baixo custo direto.
Limitações: inadequado para rotas rurais/intermunicipais, reduz autonomia, compromete segurança/continuidade do serviço.

5.4. Conclusão: a alternativa (a) Terceirização do posto (sem veículo) é a que melhor atende às necessidades finalísticas, custo/benefício e gestão contratual (medição por posto, indicadores e glosas), preservando o uso de caminhonete 4x4 oficial e admitindo eventual condução de caminhão e de veículos de 8–12 lugares.

5.5. O segmento de terceirização de mão de obra para motorista é amplo e com presença regional/estadual, incluindo empresas de serviços gerais e de apoio operacional que atendem contratos públicos com dedicação exclusiva. A exigência de CNH “C”, experiência mínima, substituição em até 24h e controle de ponto é prática comum em editais similares e não constitui, em regra, barreira técnica intransponível. A observância da CCT local garante previsibilidade de custos e viabilidade econômico-financeira para potenciais licitantes.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Solução proposta

6.1.1. Contratação contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, de 01 (um) posto de motorista para a UTL de Teófilo Otoni/MG (CR-MG/ES /FUNAI), por empreitada por preço unitário (medição posto/mês). O profissional atuará majoritariamente em caminhonete 4x4 e, eventualmente, em caminhão e veículos acima de 7 e até 12 lugares. A CNH mínima exigida é “C”, com experiência mínima de 2 anos, observando-se integralmente o art. 235-B da CLT (deveres e exames toxicológicos) e o art. 67-E do CTB (controle/registro de tempo de direção e descanso). O piso salarial do posto adotará o maior valor dentre os previstos na CCT local aplicável às categorias correlatas (Motorista de Caminhão / acima de 7 até 12 lugares), garantindo conformidade em qualquer cenário de condução.

6.2. Escopo funcional e níveis de serviço (ANS)

a) Atribuições operacionais: condução segura nas rotas urbanas/intermunicipais/rurais; apoio às atividades de campo junto às comunidades indígenas; execução de checklist pré e pós-uso do veículo; registros fidedignos (roteiro, hodômetro, abastecimentos, ocorrências); observância de normas internas e de trânsito.

b) Deveres legais (CLT, art. 235-B): atenção às condições de segurança do veículo; direção defensiva; respeito às regras de direção/descanso (CTB, art. 67-E); zelo pela carga/veículo; atendimento a órgãos de fiscalização; exames toxicológicos periódicos e programa de controle de álcool e drogas; recusa configura infração disciplinar (parágrafo único).

c) Indicadores mínimos: pontualidade ≥95%/mês; disponibilidade do posto ≥98%/mês; conformidade dos registros ≥98%; tolerância zero a infrações atribuíveis ao motorista; satisfação do usuário interno ≥90% (quando aplicado).

d) Medição e glosas: avaliação mensal por ANS; glosas proporcionais em caso de descumprimento, sem prejuízo de sanções.

6.3. Manutenção e assistência técnica (quando aplicável)

6.3.1. Como se trata de serviço de mão de obra, a “manutenção/assistência técnica” concentra-se em gestão de pessoal e suporte operacional, cabendo:

- À Contratada: (i) substituir o profissional em até 24h em casos de faltas/impedimentos; (ii) prover treinamentos (direção defensiva, primeiros socorros e reciclagens) e gestão de conformidade (exames toxicológicos periódicos, PCMSO, EPI, controle de jornada/ponto); (iii) manter preposto para atendimento de chamados e solução de não conformidades; (iv) assegurar reserva técnica de pessoal; (v) apoiar a apuração de incidentes e adotar ações corretivas/preventivas; pagamento das multas e resposta a atuações que resultarem da condução do motorista contratado.
- À Administração: (i) disponibilizar veículo oficial, combustível e manutenção (oficinas/rotina de frota), além de itens obrigatórios do veículo; (ii) realizar fiscalização e homologação de registros (diário de bordo/ponto), emitir ordens de serviço e validar checklists; (iii) prover informações de rota/agenda e condições de operação (ex.: uso 4x4).

6.3.2. A manutenção do veículo (preventiva/corretiva) é atribuição da Administração; o motorista executa inspeções de rotina (checklist) e reporta anomalias, além de conduzir e recolher o veículo nas oficinas.

6.4. Exigências de segurança, saúde e sustentabilidade

- Segurança e saúde: cumprimento do PCMSO; fornecimento e uso de EPI; ações de prevenção de fadiga; atendimento a normas internas de segurança em campo.
- Sustentabilidade: eco-driving, planejamento de rotas, redução de marcha lenta e descarte adequado de resíduos eventualmente gerados; priorização de mão de obra/insumos locais quando cabível, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.5. Justificativa técnica da escolha da solução

a) Aderência ao problema: necessidade diária de deslocamentos em rotas rurais/intermunicipais e ausência de servidor habilitado; o posto de motorista dedicado resolve a lacuna logística com previsibilidade e continuidade.

b) Compatibilidade operacional: preserva o uso da frota oficial 4x4 e cobre, quando necessário, caminhão e veículos de 8 a 12 lugares, sem trocas contratuais ou reclassificações salariais (adoção do maior piso da CCT).

c) Controle e qualidade: ANS com indicadores objetivos, glosas e substituição em 24h; controle de jornada por ponto biométrico ou sistema eletrônico idôneo; deveres legais (CLT/CTB) incorporados ao escopo.

d) Risco reduzido: matriz clara de responsabilidades; exigência de CNH “C” e experiência mínima; reciclagens e exames toxicológicos periódicos.

6.6. Justificativa econômica da escolha da solução

a) Modelo por posto/mês (preço unitário): simplifica a medição, dá previsibilidade de custos e permite gestão por desempenho (glosas), evitando assimetrias típicas de “pacotes” (veículo + motorista).

b) Condições orçamentárias: frente ao rigoroso cenário de restrição orçamentária e às recomendações do Ofício Circular nº 6/2024/CGOF/DAGES /FUNAI (SEI 6306891), a contratação de 1 (um) posto viabiliza atendimento da necessidade com menor impacto fiscal.

c) Compatibilidade com a DPO: a Declaração de Previsão Orçamentária – DPO (SEI nº 9037606) contemplou apenas 1 posto por 12 meses, não atendendo à solicitação de 60 meses do Ofício 111 (SEI nº 8972551); a solução proposta alinha-se ao teto orçamentário disponível, com possibilidade de prorrogações condicionadas a nova disponibilidade.

d) Piso único (CCT): adotar o maior piso entre as funções possíveis evita reclassificações e mitiga litígios, mantendo conformidade trabalhista e estabilidade de custos.

6.7. Diárias de viagem

6.7.1. Quando houver deslocamento superior a 100 km com pernoite (conforme requisito já definido neste ETP/TR), a Contratada deverá antecipar ao motorista as verbas necessárias para alimentação e repouso, com prestação de contas ao final da viagem e apresentação de nota fiscal, nos termos da CCT.

6.7.2. O valor e as condições de pagamento/ressarcimento serão definidos no instrumento convocatório (planilha e cláusulas contratuais), observando a prática indicada no caderno técnico de usar a “diária” para cobrir alimentação e estadia quando o serviço for prestado fora da sede e com pernoite.

6.8. Hora extra noturna:

a) Conceitos pela CCT:

- Período noturno: trabalho entre 22h e 5h, com hora noturna reduzida (52min30s).
- Horas extras: acréscimo de 60% sobre a hora normal; em repouso/feriado, acréscimo de 100%.

b) Percentual do adicional noturno (quando a CCT não fixa valor): Na ausência de percentual específico na CCT, aplica-se o mínimo legal da CLT (art. 73), de 20% sobre as horas noturnas. (Referência técnica consolidada no Caderno de Logística.)

c) Cálculo da “hora extra noturna”:

- Identificar as horas trabalhadas no período noturno (22h–5h), computadas pela hora reduzida (52min30s).
- Sobre as horas noturnas que excederem a jornada, acumulam-se: (i) o adicional noturno (20% – CLT, salvo percentual mais vantajoso em CCT) e (ii) o adicional de hora extra (60% ou 100% em repouso/feriado) previsto na CCT.
- Em caso de prorrogação do trabalho noturno além das 5h, permanece devido o adicional noturno sobre as horas prorrogadas (Súmula 60, II), como expressamente reconhecido na CCT.

6.8.1. Procedimento: a apuração e pagamento das horas extras (inclusive noturnas) seguirão a CCT e o instrumento convocatório, com o detalhamento na planilha de custos (módulo remuneração próprio) e nos registros de jornada aceitos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantitativos observa as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (fase de planejamento e dimensionamento da demanda) e da IN nº 40/2020 (art. 7º, inciso V e §2º), adotando fatos concretos para justificar o quantitativo. Parte-se das premissas orçamentárias e operacionais vigentes: (i) a Declaração de Previsão Orçamentária – DPO (SEI nº 9037606) autoriza exclusivamente 01 (um) posto pelo período de 12 (doze) meses; e (ii) a Informação Técnica 10 (SEI nº 7092441), no processo 08759.001008/2024-18, registrou a solicitação de motorista para Governador Valadares/MG, negada à época por indisponibilidade orçamentária. Assim, o dimensionamento mínimo aqui proposto é condicionado ao teto orçamentário atual.

7.2. Em atendimento ao inciso V do art. 7º da IN nº 40/2020, a necessidade é justificada por fatos objetivos: a UTL de Teófilo Otoni/MG necessita realizar deslocamentos diários — predominantemente em caminhonete 4x4 — para atendimento de comunidades indígenas em áreas rurais e intermunicipais; inexistente servidor local habilitado para condução de veículo oficial; e o serviço exige continuidade e previsibilidade (operações de campo e agendas institucionais).

7.3. Inexistindo série histórica local de contratação anterior de motorista na CR-MGES, adota-se abordagem conservadora e proporcional: 01 (um) posto é suficiente para cobrir a agenda mínima, com substituição em até 24 horas nos afastamentos e aplicação de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para salvaguardar a regularidade da execução.

7.4. A modelagem de medição por posto/mês torna a estimativa objetiva e auditável, além de permitir o acompanhamento de desempenho e a aplicação de glosas quando necessário. A interdependência com outras contratações e rotinas (veículo oficial, combustível e manutenção providos pela Administração) foi considerada, evitando duplicidades e maximizando o uso da infraestrutura já existente.

7.5. A memória de cálculo adota como unidade de medida “posto de trabalho (motorista, dedicação exclusiva)”. O período de referência coincide com a DPO vigente. A síntese quantitativa está apresentada no Quadro 1, conforme demonstrado abaixo.

Quadro 1 – Síntese da estimativa quantitativa (posto-mês)

Unidade de medida	Quantidade de postos	Período (meses)	Total estimado (posto-mês)
Posto de motorista (dedicação exclusiva)	1	12	12

7.6. A eventual economia de escala (p.ex., com mais de um posto, inclusive para Governador Valadares/MG) poderia reduzir custos unitários por ganhos de supervisão e contingência compartilhada; todavia, essa hipótese não é viável no presente devido à limitação da DPO. Havendo novas dotações, recomenda-se reavaliar loteamento por região e reserva técnica compartilhada, com atualização da memória de cálculo e das premissas.

7.7. Os documentos de suporte da estimativa são: (i) DPO – SEI nº 9037606, que delimita 01 posto por 12 meses; (ii) Informação Técnica 10 – SEI nº 7092441 (Processo 08759.001008/2024-18), que evidencia a demanda adicional para Governador Valadares/MG não atendida; e (iii) relatos operacionais da UTL, que demonstram a inadequação de alternativas como transporte público/caronas e a necessidade de deslocamentos diários em rotas rurais.

7.8. Diante do exposto, necessidade continuada, ausência de motorista no quadro, condicionantes orçamentárias da DPO e negativa anterior de expansão, a estimativa adequada e proporcional para o período de referência é de 01 (um) posto, totalizando 12 posto-mês, conforme o Quadro 1. A revisão dessa estimativa fica condicionada a nova disponibilidade orçamentária e à evolução da demanda, com vistas a eventual ampliação futura.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 145.261,59

8.1. O custo estimado máximo da contratação é de R\$ 145.261,59 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e um real e cinquenta e nove centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Catser	Descrição	Unidade	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Global Estimado
1	15008	Serviço de motorista para alocação na ULT de Teófilo Otoni	Posto	R\$8.103,51	R\$8.103,51	R\$97.242,06	R\$97.242,06
Total							R\$97,242,06

8.2. Os valores estimados foram desenvolvidos em planilhas de custo e formação de preço, conforme IN SEGES/MP n. 5, de 2017, e se encontram junto aos anexos deste ETP. Nas planilhas, os valores para salários e benefícios foram baseados em convenção coletiva de trabalho, além de pesquisa/cotação de custos em propostas vencedoras de pregões de outros órgãos públicos.

8.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192 /2001, informa-se que fora utilizada as seguintes convenções coletivas de trabalho pela contratante:

- CCT do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 16.844.557/0001-49, e SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP ROD DE TEOFILO OTONI, CNPJ n. 21.296.934/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE CARLOS MELO DOS ANJOS, com abrangência territorial em Teófilo Otoni/MG (registro no MTE MG001648/20254).

8.4. Foi realizada uma pesquisa de preços no sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal com o objetivo de avaliar os procedimentos licitatórios com objeto semelhante no estado de Minas Gerais. No entanto, devido às características individuais do objeto, os resultados obtidos não fornecem valores que garantam segurança para a estimativa do valor da contratação.

8.5. Assim, foram consultados os resultados dos seguintes procedimentos licitatórios:

- Pregão Eletrônico nº 90002/2026, Órgão: UASG 343013 - SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN MINAS GERAIS-MG
- Pregão Eletrônico Nº 90638/2025, Órgão: UASG 158137 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG
- Pregão Eletrônico Nº 90030/2025, Órgão: UASG 153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA/MG

8.6. Com base na pesquisa de preços, os critérios utilizados, os quais são discricionários das empresas na formulação das propostas apresentadas nos certames licitatórios foram:

- Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, Alínea C: Seguro de vida, invalidez e funeral;
- Submódulo 4: Ausências Legais;
- Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros, Alínea A: Custos Indiretos e Alínea B - Lucro.
- Valor das diárias.

8.7. No tocante aos uniformes, foi realizada ampla pesquisa de preços em sites eletrônicos disponíveis na internet entre os dias 31 de julho e 3 de agosto de 2024. Os resultados apresentados foram compilados na Planilha SEI 7288132, e os comprovantes da pesquisa foram juntados no Documento SEI 7288117 e 7288109.

8.8. Os resultados documentais da presente cotação foram anexados aos autos do Processo n. 08759.001103/2025-01, contendo: a identificação do certame e a planilha original homologada da proposta da empresa vencedora.

8.9. Com isso, foi elaborada a Planilha de Orçamentação Estimativa (SEI nº 8972522), inserindo a média dos critérios listados nos respectivos módulos. Dessa forma, foi obtido o valor referencial base para a realização do certame licitatório da unidade, permitindo que durante a sessão as empresas apresentem suas propostas, as quais serão posteriormente analisadas pela equipe de pregão designada para a operacionalização do pregão eletrônico.

8.10. Cabe ressaltar que o valor a ser pago mensalmente será definido conforme o serviço efetivamente prestado, diárias utilizados e Hora Extra e Hora Noturna necessária, com adoção do método do Fato Gerador para contabilização do mês. Portanto, o preço global cotado é meramente estimado.

8.11. A pesquisa de preços fora realizada pela EPC no mês de Agosto de 2025.

8.12. A presente licitação não terá orçamento sigiloso em sua execução.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. A diretriz de parcelar o objeto busca ampliar a competitividade sem perda de eficiência, observada a viabilidade técnica e econômica e a economia de escala (entendimento consolidado na Súmula 247 do TCU). À luz da Lei nº 14.133/2021 e das orientações da IN nº 40/2020 (art. 7º, inciso VII), registra-se a justificativa quando o parcelamento não é adotado.

8.2. No presente caso, a solução demandada corresponde a 01 (um) posto de motorista (serviço continuado, dedicação exclusiva), sem fornecimento de veículo, para atendimento diário das agendas da UTL de Teófilo Otoni/MG. A DPO (SEI nº 9037606) limita a contratação a 1 posto/12 meses, o que, por si, esvazia qualquer ganho decorrente de fracionamento: não há escala que permita dividir economicamente um único posto nem lotes que preservem continuidade operacional.

8.3. Quanto à prática de cotar quantidade inferior para ampliar competitividade (diretriz da IN nº 40/2020 para compras), registra-se que não se aplica ao caso: trata-se de serviço continuado por posto único, cuja redução artificial de quantitativo inviabilizaria a execução mínima necessária e não geraria competição adicional relevante.

8.4. Conclui-se, portanto, pela não adoção do parcelamento dentro do escopo de mão de obra de 1 posto, por ausência de viabilidade técnica, perda potencial de economia de escala (mesmo que mínima, em razão de mobilização, supervisão e substituições) e risco de descontinuidade do serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Há contratação correlata e interdependente diretamente relacionada à execução do presente objeto: o Contrato nº 277 (SEI nº 9016136), firmado com a PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, cujo objeto é a administração e o gerenciamento da manutenção e do abastecimento da frota de veículos da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo da FUNAI.

10.2. A presente contratação de 1 (um) posto de motorista é complementar ao Contrato nº 277, uma vez que o veículo, seu abastecimento e sua manutenção são providos por meio daquele instrumento. Assim, a disponibilidade mecânica e o suprimento de combustível (geridos pela PRIME) constituem condições necessárias para a execução regular do serviço de condução ora planejado.

10.3. Para evitar sobreposição de escopos, ficam claras as fronteiras de responsabilidade: (i) a contratada do posto responde pela mão de obra, gestão de jornada, substituição em até 24 horas, capacitações e cumprimento de deveres legais; e (ii) a contratada do Contrato nº 277 responde pela gestão do abastecimento e da manutenção, conforme regras e rede credenciada definidas no respectivo instrumento. O veículo oficial permanece sob gestão da Administração.

10.4. Recomenda-se integração operacional entre o gestor/fiscal do presente contrato e o gestor do Contrato nº 277 para: (i) planejamento preventivo de manutenções sem prejuízo às agendas de campo; (ii) tratamento ágil de ocorrências (pane, sinistro, avarias); e (iii) acompanhamento de indicadores de disponibilidade do veículo, de modo a não impactar os níveis de serviço (ANS) do posto de motorista.

10.5. No horizonte deste ETP, não há outras contratações já firmadas que guardem relação direta com o objeto (por exemplo, aquisição de veículos ou gestão de telemetria específica). Eventuais contratações futuras relacionadas — como renovações ou ajustes do Contrato nº 277, inclusão de telemática /controle de rotas ou expansão de frota —, se ocorrerem, deverão ser avaliadas quanto aos impactos na execução e nos indicadores do posto de motorista, preservando-se a coerência entre contratos e evitando sobrepreço por sobreposição de escopos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação proposta está alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico e tático da Fundação, já referidos neste ETP: Plano Plurianual 2024–2027 (Programa 1617), Carteira de Políticas Públicas da FUNAI e Plano Estratégico 2024–2027, na medida em que viabiliza a execução das ações finalísticas da UTL de Teófilo Otoni/MG por meio de suporte logístico essencial (condução de veículos oficiais em rotas urbanas, intermunicipais e rurais).

11.2. No plano anual de contratações, a demanda foi formalmente prevista no PGC 20 por meio do Documento de Formalização da Demanda 7/2024, que registra a necessidade de 1 (um) posto de motorista com dedicação exclusiva para a UTL de Teófilo Otoni/MG, com escopo, premissas e condicionantes orçamentárias compatíveis com as definidas neste ETP.

11.3. A previsão orçamentária que embasa a execução, consignada na DPO vigente, limita-se a 1 posto pelo período de 12 meses. Esse condicionante foi refletido na estimativa de quantitativos e na modelagem por empreitada por preço unitário (posto/mês), preservando a aderência ao PGC 20 e ao DFD 7 /2024 quanto a objeto, quantidade e horizonte de contratação.

11.4. O alinhamento também se materializa na compatibilidade com contratações correlatas e interdependentes já existentes, notadamente o Contrato 277 (manutenção e abastecimento da frota), o que reforça a coerência do planejamento e evita sobreposição de escopos, assegurando a continuidade operacional prevista nos instrumentos de gestão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A principal mudança esperada é a superação do atual quadro de inexistência de motorista na UTL: hoje, a servidora depende de caronas e do apoio eventual de outros órgãos ou entidades para cumprir agendas externas. A contratação garante autonomia imediata de deslocamento, reduzindo cancelamentos e atrasos e assegurando a continuidade do serviço público.

12.2. Todas as aldeias atendidas localizam-se fora do perímetro urbano, em rotas intermunicipais e rurais. Com motorista dedicado e habilitado para condução preponderante de caminhonete 4x4, a UTL passa a executar visitas técnicas, ações de campo e atendimentos com regularidade e previsibilidade, mesmo em vias não pavimentadas e de difícil acesso.

12.3. Em economicidade, a solução por posto de trabalho (sem fornecimento de veículo) usa a frota oficial já disponível, evitando sobrepreço de pacotes e dando previsibilidade orçamentária mensal compatível com a DPO. A redução de remarcações de agendas e de deslocamentos improdutivos diminui custos indiretos.

12.4. Em eficiência, a presença de motorista qualificado elimina a dependência de terceiros, encurta tempos de resposta e otimiza rotas, permitindo melhor cobertura territorial diária das comunidades, com maior número de atendimentos efetivos por período.

12.5. Em eficácia, a contratação viabiliza planejamento de visitas in loco conforme prioridades da política indigenista, sem subordinar a agenda da UTL à disponibilidade aleatória de caronas. Isso aumenta a aderência das ações às necessidades reais das aldeias e melhora a qualidade do serviço prestado.

12.6. No melhor aproveitamento de recursos humanos, a servidora deixa de se expor ao desgaste e à insegurança de deslocamentos improvisados e concentra-se em suas atribuições técnicas, enquanto o motorista executa condução, checklist e registros obrigatórios, com ganhos de produtividade e de segurança operacional.

12.7. Em desenvolvimento sustentável, o serviço contínuo e planejado favorece atendimento digno e frequente às comunidades indígenas, com menor impacto ambiental por meio de eco-driving e planejamento de rotas, e estimula a geração de trabalho local ao priorizar a contratação na própria região.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Antes da celebração do contrato, deverá ser confirmada a disponibilidade orçamentária, com a vinculação do crédito à despesa planejada, em consonância com a DPO (SEI nº 9037606) que limita a contratação a 1 (um) posto pelo período de 12 (doze) meses.

13.2. Deverão ser designados formalmente o gestor e os fiscais do contrato (titular e suplente), com definição de papéis e responsabilidades, incluindo a elaboração e aprovação prévia do Plano de Fiscalização, contendo rotinas de verificação (checklist diário, conferência de ponto, validação de registros de viagem e acompanhamento de indicadores do ANS).

13.3. Será providenciada capacitação específica para o gestor e fiscais quanto à gestão e fiscalização de serviços terceirizados com dedicação exclusiva, com ênfase em: (i) deveres do motorista profissional (art. 235-B da CLT e art. 67-E do CTB); (ii) particularidades da CCT local (pisos, adicionais, jornada e controles); (iii) metodologia de glosas e tratamento de não conformidades.

13.4. A Administração deverá preparar os meios e condições de execução no local de trabalho, incluindo: (i) instalação/parametrização do sistema de controle de ponto; (ii) definição de espaço para apoio administrativo (armazenamento de EPI, uniformes e documentos); (iii) disciplina interna de acesso e circulação; e (iv) rotinas de comunicação entre motorista, fiscal e preposto da contratada.

13.5. Deverá ser ajustada a integração operacional com o Contrato nº 277 (SEI nº 9016136) para manutenção e abastecimento, pactuando-se fluxo de atendimento para manutenções preventivas e corretivas, abastecimentos e registros em sistema, de modo a evitar impactos na disponibilidade do posto.

13.6. Caberá à unidade responsável pela frota disponibilizar veículo em condições de uso e segurança, com itens obrigatórios completos (triângulo, macaco, chave de roda, estepe etc.), documentação regular e cronograma de manutenção preventiva atualizado, além de disciplinar o procedimento de reporte e tratamento de avarias.

13.7. Será definido o procedimento administrativo para concessão e prestação de contas das diárias de viagem (aplicáveis a deslocamentos acima de 100 km com pernoite), abrangendo: solicitação e autorização prévias, adiantamento/ressarcimento, documentos comprobatórios e critérios de glosa.

13.8. A Administração deverá estabelecer protocolo de incidentes e segurança, incluindo comunicação de acidentes, panes e autuações de trânsito, bem como orientações sobre exames toxicológicos periódicos e testes previstos no programa de controle de álcool e drogas da contratada, registrando responsabilidades e prazos de resposta.

13.9. Serão revisados e padronizados os modelos de registros operacionais (diário de bordo, relatório de viagens, roteiro/itinerário, relatório de ocorrências e de abastecimento) e os instrumentos de medição mensal para fins de faturamento, com campos mínimos e prazos de entrega definidos.

13.10. A Administração definirá, previamente à assinatura, a matriz de risco aplicável ao contrato e suas medidas mitigadoras, alinhando-se aos indicadores do ANS (pontualidade, disponibilidade, conformidade dos registros e tolerância zero a infrações atribuíveis ao motorista), bem como aos critérios de aplicação de glosas e sanções.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. As medidas de ecoeficiência a cargo do motorista e da contratada compreendem: eco-driving (arrancadas suaves, manutenção de velocidade estável, troca de marchas em rotação adequada), manutenção preventiva em dia, calibragem correta de pneus, eliminação de marcha lenta desnecessária, planejamento de rotas para reduzir quilometragem, consolidação de agendas e compartilhamento de deslocamentos internos quando possível.
- 14.2. Para monitoramento e melhoria contínua, serão acompanhados indicadores operacionais, tais como consumo médio de combustível (L/100 km), quilometragem por rota, tempo em marcha lenta, conformidade dos checklists e registros de ocorrências ambientais (vazamentos, derramamentos, descarte inadequado), permitindo correções de rota e ações de capacitação.
- 14.3. Em respeito às comunidades indígenas e aos territórios atendidos, as equipes observarão práticas de baixo impacto: circulação apenas em vias autorizadas, respeito a sinalizações locais, prevenção de incêndios (proibição de descarte de bitucas e materiais inflamáveis), recolhimento de todos os resíduos gerados em campo e interlocução prévia com lideranças quando necessário para acesso a áreas sensíveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme demonstrado no presente Estudo Técnico Preliminar, essa Equipe de Planejamento da Contratação declara viável a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LUCIENE PEREIRA CHAVES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 09:58:14.

RUBERVAL MATOS SILVA JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 11:41:16.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha Geral - Orçamentação Estimativa.zip (55.32 KB)